CTRENS - Companhia de Manutenção

CNPJ/MF nº 11.656.505/0001-25

Demonstrações Financeiras para os Exercícios Findos em 31/12/2017 e de 2016 (Valores expressos em milhares de reais - R$, exceto quando de outra forma indicado)

Balanços Patrimoniais

Ativo	Nota	2017	2016
Circulante		314.401	279.008
Caixa e equivalentes de caixa	4	65.687	23.692
Contas a receber de clientes CP	5	239.000	246.571
Estoques	6	4.092	3.440
Impostos a recuperar	7	4.287	3.868
Despesas antecipadas		1.137	1.327
Outros créditos		198	110
Não circulante		1.131.848	1.123.537
Contas a receber de clientes	5	1.019.799	1.007.776
Aplicações financeiras	4	54.204	53.543
Impostos a recuperar	7	57.739	62.046
Outros créditos		91	150
Imobilizado		14	20
Intangível		1	2
Total do ativo		1.446.249	1.402.546

Passivo e patrimônio líquido	Nota	2017	2016
Circulante		139.791	117.765
Empréstimos - partes relacionadas	9	930	1.503
Financiamento bancário	10	62.364	57.562
Fornecedores		1.289	1.418
Fornecedores - partes relacionadas	9	6.836	5.490
Obrigações tributárias	8	2.948	3.069
Obrigações trabalhistas e previdenciárias		1.673	1.355
Provisão para riscos	11	4.594	10.728
Juros sobre o capital próprio a pagar e dividendos	9	59.064	36.561
Outras obrigações		93	78
Não circulante		801.529	828.695
Empréstimos - partes relacionadas	9	33.526	33.460
Financiamento bancário	10	613.946	666.426
Imposto de renda e CSLL diferidos	13	151.463	128.197
Provisão para riscos	11	2.594	611
Patrimônio líquido		504.929	456.086
Capital social subscrito	12	288.750	288.750
Reserva legal	12	30.790	24.456
Lucros acumulados		185.389	142.880
Total do passivo e patrimônio líquido		1.446.249	1.402.546

Demonstrações do Resultado Abrangente

	2017	2016
Lucro Líquido do Exercício	126.689	112.979
Outros resultados abrangentes - itens que não serão reclassificados p/o resultado do exercício em períodos subsequentes	–	–
Resultado abrangente total do exercício	126.689	112.979

Demonstrações do Resultado

	Nota	2017	2016
Receita líquida	16	77.075	72.859
Custo dos serviços prestados	17	(62.278)	(58.899)
Lucro bruto		14.797	13.959
Receitas (despesas) operacionais			
Gerais e administrativas	17	(2.892)	(3.447)
Outras receitas e despesas operacionais	18	2.215	(8.991)
Lucro operacional antes do resultado financeiro		14.120	1.521
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	14	230.316	231.547
Despesas financeiras	14	(68.314)	(76.955)
Variação cambial, líquida	14	(12)	(3)
Lucro antes do IR e da CS		176.110	156.111
IR e CS			
Correntes	13	(26.155)	(23.667)
Diferidos	13	(23.266)	(19.465)
Lucro líquido do exercício		126.689	112.979
Lucro líquido do exercício por ação (básico e diluído) - R$		0,4387	0,3913
Quantidade de ações no fim do exercício		288.750.000	288.750.000

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

	Nota	Capital social	Reserva legal	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31/12/2015		288.750	18.807	106.546	414.103
Lucro líquido do exercício		–	–	112.979	112.979
Constituição de reserva legal		–	5.649	(5.649)	–
Distribuição de juros sobre o capital próprio	12	–	–	(26.996)	(26.996)
Distribuição de dividendos	12	–	–	(44.000)	(44.000)
Saldos em 31/12/2016		288.750	24.456	142.880	456.086
Lucro líquido do exercício		–	–	126.689	126.689
Constituição de reserva legal		–	6.334	(6.334)	–
Distribuição de juros sobre o capital próprio	12	–	–	(32.301)	(32.301)
Distribuição de dividendos	12	–	–	(45.545)	(45.545)
Saldos em 31/12/2017		288.750	30.790	185.389	504.929

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Fluxo de caixa das atividades operacionais	Nota	2017	2016
Lucro líquido do exercício		126.689	112.979
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:			
Depreciação e amortização		7	11
Imposto de renda e contribuição social diferidos	13	23.266	19.465
Ajuste financeiro - Contrato de Concessão	14	(223.589)	(222.219)
Provisão (reversão) para riscos	11	(4.151)	8.300
Encargos s/empréstimos c/partes relacionadas	9	4.505	5.781
Encargos s/financiamento bancário	14	62.712	69.493
Receitas financeiras	14	(6.727)	(9.329)
(Aumento) redução nos ativos operacionais:			
Contas a receber de clientes - circulante		7.571	(9.440)
Contas a receber de clientes - não circulante		211.566	206.851
Estoques		(652)	(1.142)
Impostos a recuperar		3.888	5.234
Despesas antecipadas		190	6
Outros créditos		(53)	(116)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:			
Fornecedores		(129)	(1.531)
Fornecedores - partes relacionadas		1.346	(514)
Obrigações tributárias		25.425	18.742
Obrigações trabalhistas e previdenciárias		318	297
Outras obrigações		14	(33)
Caixa gerado pelas atividades operacionais		232.196	202.836
Pagamento de juros sobre empréstimos com partes relacionadas		(5.012)	(4.432)
Pagamento de juros de financiamento bancário		(55.384)	(58.099)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(25.546)	(19.378)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		146.254	120.927
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Resgate de aplicações financeiras		6.066	10.130
Caixa líquido gerado p/ atividades de investimento		6.066	10.130
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Amortização de financiamento bancário - principal		(55.006)	(52.591)
Juros sobre o capital próprio pagos	12	(25.319)	(30.225)
Dividendos pagos	12	(30.000)	(44.000)
Caixa líq. aplic. nas atividades de financiamento		(110.325)	(126.816)
Aumento de caixa e equivalentes de caixa		41.995	4.241
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		23.692	19.451
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		65.687	23.692
Aumento de caixa e equivalentes de caixa		41.995	4.241

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

1. Contexto Operacional - A Ctrens - Companhia de Manutenção ("Companhia"), com sede localizada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Tabapuã, 81, é uma sociedade anônima de capital fechado e de propósito específico, constituída em 18 de fevereiro de 2010, com o objetivo exclusivo de explorar a concessão administrativa para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva e de revisão geral, bem como de modernização da frota da Linha 8 - Diamante da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos - CPTM. De acordo com o Contrato de Concessão Administrativa, o objeto social da Companhia não poderá, sob nenhuma hipótese, ser alterado, e qualquer alteração societária, fusão, cisão ou incorporação também deverá ser submetida à aprovação da CPTM.A Companhia é investida das empresas CAF Investment Projects SA ("CAF IP" - atual razão social de Inversiones en Concesiones Ferroviarias, S.A.), Construcciones y Auxiliar de Ferrocarriles, S.A. ("CAF Espanha") e CAF Brasil Indústria e Comércio, S.A. ("CAF Brasil"), conforme detalhes descritos na nota explicativa nº 12. Contrato de Concessão Administrativa - Em 19 de março de 2010, a Companhia e a CPTM celebraram o Contrato de Concessão Administrativa, com prazo de 20 anos, para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva e de revisão geral e modernização da frota da Linha 8 - Diamante da CPTM, conforme detalhes a seguir: • Manutenção preventiva e corretiva e revisão geral da frota da Linha 8 - Diamante da CPTM, totalizando 288 carros ferroviários, com fornecimento de materiais, insumos e equipamentos, consistindo em três etapas, conforme segue: – A primeira etapa compreendeu a manutenção preventiva e corretiva de 204 carros ferroviários que compunham a frota operante, no estado em que se encontravam. Essa fase foi encerrada em janeiro de 2012. – A segunda etapa compreendeu, além da manutenção preventiva e corretiva prevista no item anterior, a manutenção preventiva e corretiva da frota operante já modernizada, até o fim do prazo da concessão, que é de 20 anos a partir da assinatura do Contrato. Essa fase foi encerrada em abril de 2013. – A terceira etapa compreende a manutenção preventiva e corretiva de toda a frota operante modernizada (288 carros ferroviários), totalmente renovada, até o fim do prazo da concessão, que é de 20 anos a partir da assinatura do Contrato. A contraprestação da manutenção preventiva e corretiva e da revisão geral é remunerada mensalmente e de acordo com a quantidade de trens disponibilizados, tipo do serviço efetuado e coeficiente de mensuração de desempenho avaliado pela CPTM, cujos preços e condições comerciais foram acordados entre as partes no Contrato e são reajustados anualmente com base na variação do Índice de Preços ao Consumidor da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas - IPC-FIPE. • Modernização, que consiste na renovação (fornecimento de trens novos) total da frota dedicada à Linha 8 - Diamante. A contraprestação da renovação da frota é remunerada mensalmente, a partir do 20º mês da concessão, por ocasião do recebimento do primeiro trem novo até o fim do prazo da concessão, nos termos constantes do Contrato de Concessão Administrativa. Os preços e as condições comerciais foram acordados entre as partes no Contrato e são reajustados anualmente com base na variação do IPC-FIPE. De acordo com o Contrato de Concessão Administrativa, o pagamento das contraprestações mensais citadas é objeto de garantias prestadas pela CPTM. Entre outras obrigações contratuais, a Companhia deve apresentar um capital inicial subscrito de, no mínimo, R$288.750, devendo ser integralizados R$30.000 antes da assinatura do Contrato, 12 parcelas de R$18.750 do 7º ao 18º mês, 4 parcelas de R$7.500 do 19º ao 22º mês e 1 parcela de R$3.750 no 23º mês. Em 31/12/2017, a Companhia estava adimplente com essa obrigação contratual. A Companhia não poderá reduzir seu capital social abaixo do valor mínimo antes especificado sem autorização da CPTM. A partir do 3º ano até o fim da concessão administrativa, o patrimônio líquido da Companhia deverá corresponder ao maior valor entre: (a) 10% do ativo permanente; e (b) valor mínimo de R$30.000, atualizado pelo IPC-FIPE. Em 31/12/2017, a garantia prestada pela Companhia, no valor de R$37.026 (R$36.144 em 31/12/2016), sob forma de fiança bancária, tendo como beneficiária a CPTM, destina-se ao ressarcimento de custos e despesas incorridas por esta, em face do eventual inadimplemento da Companhia. Todos os bens vinculados à concessão administrativa, exceto bens de capital, adquiridos, produzidos e implantados pela Companhia para execução da prestação de serviços objeto do Contrato, serão revertidos à CPTM, sem nenhuma contraprestação adicional. Contratos entre partes relacionadas - A Companhia contratou serviços de partes relacionadas no Brasil e no exterior para ser auxiliada na execução do Contrato de Concessão Administrativa anteriormente citado, cujos detalhes estão descritos a seguir: • Prestação de serviços de assessoria técnica de manutenção de trens - tem como objetivo principal a assessoria da CAF Brasil à Companhia, em relação ao contrato de manutenção preventiva e corretiva e de revisão geral da frota da Linha 8 - Diamante da CPTM comentado anteriormente. Os serviços prestados pela CAF Brasil à Companhia abrangem assessoria técnica ("know-how"), supervisão da mão de obra contratada pela Companhia, assessoria na gestão de compras e utilização de materiais adquiridos pela Companhia empregados nos serviços prestados à CPTM, de forma que a Companhia obtenha o equilíbrio financeiro conforme definido nesse Contrato. A remuneração por essa assessoria ocorre mensalmente de acordo com a quantidade de trens disponibilizados pela CPTM à Companhia, para prestação de serviços cujos preços e condições comerciais foram acordados entre as partes no Contrato e são reajustados mensalmente com base na variação do IPC-FIPE. A CAF Brasil assume as responsabilidades quanto aos serviços prestados pela Companhia à CPTM, desde que estejam sob sua gerência e assessoria. **2. Base de Elaboração das Demonstrações Financeiras e Resumo das Principais Políticas Contábeis -** As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC. As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras e os principais julgamentos e estimativas contábeis adotados pela Administração estão consistentes com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31/12/2016, datadas de 24 de fevereiro de 2017. Base de elaboração - As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados aos seus valores justos, se houver, conforme descrito nas políticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente baseia-se no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. A elaboração de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor residual do ativo imobilizado, a provisão para imposto de renda e contribuição social diferidos e o cálculo da margem interna de retorno do modelo econômico relativo ao Contrato de Concessão Administrativa. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos anualmente. Principais políticas contábeis - As principais políticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas de forma consistente para os exercícios apresentados: **a) Princípios gerais e critério de reconhecimento de receita -** A operação de concessão administrativa é registrada segundo a interpretação técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão, a qual estabelece o tratamento contábil para esse tipo de operação. Ativos, passivos, receitas e despesas são apurados de acordo com o regime de competência. As despesas e os custos são reconhecidos quando incorridos. A Companhia reconhece e mensura as receitas provenientes da prestação de serviços de modernização de trens em conformidade com o disposto no pronunciamento técnico CPC 17 - Contratos de Construção e as receitas provenientes da prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva e de revisão geral de trens em conformidade com o pronunciamento técnico CPC 30 - Receita. A receita de prestação de serviços é apresentada líquida de deduções, incluídos os impostos calculados sobre estas. **b) Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras -** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados em reais - R$, moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras, que representa a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia opera. **c) Transações e saldos em moeda estrangeira -** As transações em moeda estrangeira são convertidas na moeda funcional da Companhia (reais - R$), utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os saldos das contas de balanço são convertidos pela taxa de câmbio vigente nas datas de encerramento das demonstrações financeiras. Os ganhos e as perdas de variação cambial resultantes da liquidação dessas transações e da conversão de ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconhecidos na demonstração do resultado, na rubrica "Variação cambial, líquida". Instrumentos financeiros - Classificação - Os ativos e passivos financeiros mantidos pela Companhia são classificados sob as seguintes categorias, nos casos aplicáveis: (i) ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado; e (ii) empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos ou contratados. Ativos financeiros - **(i) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado -** São ativos financeiros mantidos para negociação, quando são adquiridos para esse fim, principalmente no curto prazo. Os instrumentos financeiros derivativos também são classificados nessa categoria. Os ativos dessa categoria são classificados no ativo circulante. Para a Companhia, quando aplicável, nessa categoria são classificados unicamente os instrumentos financeiros derivativos. Os saldos referentes aos ganhos ou às perdas decorrentes das operações não liquidadas são classificados no ativo ou no passivo circulante, sendo as variações no valor justo registradas, respectivamente, nas rubricas "Receitas financeiras" ou "Despesas financeiras", na demonstração do resultado. Em 31/12/2017 e de 2016, a Companhia não possuía instrumentos financeiros registrados nas demonstrações financeiras classificados nessa categoria, tampouco operações com esses instrumentos durante os exercícios findos naquelas datas. **(ii) Empréstimos e recebíveis -** São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto, nos casos aplicáveis, aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após as datas de encerramento das demonstrações financeiras, os quais são classificados como ativo não circulante. Em 31/12/2017 e de 2016, compreendem o caixa e equivalentes de caixa (nota explicativa nº 4) e as contas a receber de clientes (nota explicativa nº 5). Passivos financeiros - Representados por contas a pagar a fornecedores, financiamento bancário (nota explicativa nº 10) e saldos a pagar e empréstimos com partes relacionadas (nota explicativa nº 9), os quais são apresentados pelo valor original, acrescido, quando aplicável, de juros e variações monetárias e cambiais incorridos até as datas de encerramento das demonstrações financeiras. Os passivos financeiros são inicialmente mensurados ao valor justo, líquido dos custos da transação. Posteriormente, são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando-se o método da taxa de juros efetiva, e a despesa financeira é reconhecida com base no método da taxa de juros efetiva. Método da taxa de juros efetiva - Utilizado para calcular o custo amortizado de um instrumento da dívida e alocar sua receita de juros ao longo do período correspondente. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta os recebimentos de caixa futuros estimados (incluindo, nos casos aplicáveis, todos os honorários pagos ou recebidos que sejam parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou deduções) durante a vida estimada do instrumento da dívida ou, quando apropriado, durante um período menor, para o valor contábil líquido na data do reconhecimento inicial. Mensuração - As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação, ou seja, na data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos de transação são debitados à demonstração do resultado. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado. Compensação de instrumentos financeiros - Ativos e passivos financeiros são compensados, e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **d) Caixa e equivalentes de caixa -** Compreendem os saldos de caixa e depósitos bancários à vista, investimentos temporários de curto prazo, com até 90 dias da data da aplicação, considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos e da variação cambial auferidos até as datas de encerramento das demonstrações financeiras, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização. **e) Contas a receber e estimativa de provisão para créditos de liquidação duvidosa -** Registradas e mantidas pelo valor nominal dos títulos decorrentes dos serviços prestados, das vendas de produtos e do ajuste de reconhecimento da receita pela execução do contrato de construção dos trens conforme o pronunciamento técnico CPC 17, acrescido de variações cambiais, quando aplicável. A avaliação do risco de realização dos créditos e a necessidade de constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa são feitas com base em análise individual dos valores a receber. **f) Estoques -** Avaliados pelo custo médio de aquisição ou produção, ajustado ao valor de mercado e das eventuais perdas, quando aplicável. **g) Contrato de concessão -** Conforme mencionado na nota explicativa nº 1, a Companhia é uma sociedade anônima de capital fechado e de propósito específico, constituída exclusivamente para a exploração da concessão administrativa celebrada com a CPTM, a qual é registrada com base na interpretação técnica ICPC 01 (R1). Adicionalmente, a Companhia reconhece e mensura as receitas provenientes da prestação de serviços de modernização de trens em conformidade com o disposto no pronunciamento técnico CPC 17, enquanto as receitas provenientes da prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva e de revisão geral de trens são reconhecidas e mensuradas em conformidade com o pronunciamento técnico CPC 30. A contraprestação a ser recebida pela Companhia para os serviços de modernização de trens e de manutenção preventiva e corretiva e de revisão geral da frota é um recebível reconhecido como um ativo financeiro. O ativo financeiro é mensurado ao valor justo de serviços de modernização e manutenção preventiva e corretiva e de revisão geral da frota da Linha 8 - Diamante da CPTM no reconhecimento inicial. Sobre o recebível referente aos serviços de modernização da frota dedicada à Linha 8 - Diamante da CPTM, que será recebido ao longo do prazo do Contrato de Concessão Administrativa, os juros calculados com base no método da taxa de juros efetiva são reconhecidos mensalmente no resultado como receita financeira. A liquidação do recebível referente aos serviços de manutenção preventiva e corretiva e de revisão geral de trens é de curto prazo, e, consequentemente, não há reconhecimento de juros no resultado. **h) Imobilizado -** Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção. A depreciação é calculada pelo método linear a taxas que levam em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados nas datas de encerramento das demonstrações financeiras, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Um item do imobilizado é baixado após a alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e reconhecidos no resultado. **i) Passivos circulantes e não circulantes -** Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos até as datas de encerramento das demonstrações financeiras, sendo essas variações registradas na demonstração do resultado. **j) Provisões -** Reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. A provisão é quantificada ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, usando a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo. **k) Juros sobre o capital próprio -** Os juros sobre o capital próprio pagos ou a pagar são originalmente contabilizados no resultado como despesa financeira, sendo posteriormente revertidos na apuração do lucro líquido como despesa financeira e demonstrados como destinação dos lucros acumulados na demonstração das mutações do patrimônio líquido, como dividendos pagos ou a pagar, segundo a essência da operação. O benefício fiscal dos juros sobre o capital próprio é reconhecido na demonstração do resultado, na rubrica "Imposto de renda e contribuição social - correntes". **l) Obrigações por contratos onerosos -** Obrigações presentes resultantes de contratos onerosos são reconhecidas e mensuradas como provisões. Um contrato oneroso existe quando os custos inevitáveis para satisfazer as obrigações do contrato excedem os benefícios econômicos que se espera que sejam recebidos ao longo do mesmo contrato. **m) Tributação - imposto de renda e contribuição social -** Impostos correntes - A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros períodos, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada com base nas alíquotas vigentes, sendo o imposto de renda e a contribuição social às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente. A despesa de imposto de renda e contribuição social correntes é calculada com base nas leis e nos normativos tributários promulgados nas datas de encerramento das demonstrações financeiras, de acordo com os regulamentos tributários brasileiros. A Administração avalia periodicamente as posições assumidas na declaração de renda com respeito a situações em que a regulamentação tributária aplicável está sujeita à interpretação que possa ser eventualmente divergente e constitui provisões, quando adequado, com base nos valores que espera pagar ao Fisco. Impostos diferidos - O imposto de renda e a contribuição social diferidos ("impostos diferidos") são reconhecidos sobre as diferenças temporárias existentes nas datas de encerramento das demonstrações financeiras entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada nas datas de encerramento das demonstrações financeiras, e, nos casos aplicáveis, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados às alíquotas aplicáveis ao exercício no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente nas datas de encerramento das demonstrações financeiras, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia espera, nas datas de encerramento das demonstrações financeiras, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos. Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos - O imposto de renda e a contribuição social correntes e diferidos são reconhecidos como despesa ou receita no resultado do exercício, exceto quando estão relacionados a itens registrados diretamente em outros resultados abrangentes ou no patrimônio líquido, caso em que os impostos também são reconhecidos diretamente em outros resultados abrangentes ou no patrimônio líquido. Os detalhes estão divulgados na nota explicativa nº 13. **3. Novas normas e Interpretações de normas -** As normas e alterações das normas existentes a seguir foram publicadas e são obrigatórias para os exercícios iniciados após 31/12/2017. Todavia, não houve adoção antecipada dessas normas e alterações de normas por parte da Companhia: **Norma - Principais exigências - Data de entrada em vigor:** IFRS 9/CPC 48 - Instrumentos Financeiros - Projeto de substituição da IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. Aplicável a exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2018. IFRS 15/CPC 47 - Receitas com Clientes - Convergência do "International Accounting Standards Board - IASB" e "Financial Accounting Standards Board - FASB" sobre o reconhecimento de receita. Aplicável a exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018. IFRS 16 - "Leasing" (*) - Alteração na análise de alavancagem financeira da empresa. Aplicável a exercícios iniciados em ou após1º de janeiro de 2019. (*) O CPC ainda não emitiu pronunciamentos equivalentes a essa norma internacional de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS), mas existe expectativa de que o faça antes da data requerida de sua entrada em vigor. A adoção de pronunciamentos equivalentes às IFRS está condicionada à aprovação prévia em ato normativo da Comissão de Valores Mobiliários - CVM. A Companhia está avaliando os potenciais efeitos desses pronunciamentos. Considerando as atuais operações da Companhia, a Administração não espera que essas novas normas e interpretações tenham um efeito relevante sobre as demonstrações financeiras a partir de sua adoção.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

	2017	2016
Conta-corrente em moeda estrangeira	4	3
Caixa e contas-correntes no País	25.787	7.182
Aplicações financeiras	39.896	16.507
Total	65.687	23.692

Em 31/12/2017 e de 2016, a Companhia possuía contas-correntes denominadas em euros - € em contas bancárias no exterior, os quais estavam atualizados pelas taxas de câmbio vigentes naquela data e disponíveis para saque. O valor convertido em reais - R$ desses depósitos no exterior era equivalente a €1 mil. Em 31/12/2017 e de 2016, as aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósito Bancário - CDBs, com liquidez imediata e rentabilidade de acordo com taxas praticadas pelo mercado e remuneradas de acordo com a variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, com possibilidade de resgate a qualquer momento, sem riscos de mudanças significativas no seu valor contábil. Adicionalmente, em 31/12/2017, a Companhia mantinha uma aplicação financeira no montante de R$54.204 (R$53.543 em 31/12/2016), referente às obrigações assumidas em conexão com o contrato de financiamento assinado com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (nota explicativa nº 10), garantia que a Companhia terá de manter até o fim do contrato, previsto para abril de 2026, motivo pelo qual essa aplicação está classificada no ativo não circulante. Essa conta é administrada pelo Banco Santander e remunerada em cerca de 100% do CDI.

5. Contas a Receber

	2017	2016
Contas a receber - CPTM	27.283	39.832
Trabalhos em andamento - pronunciamento técnico CPC 17 (*)	1.231.516	1.214.515
Total	1.258.799	1.254.347
Circulante	239.000	246.571
Não circulante	1.019.799	1.007.776

(*) Em 31/12/2017 e de 2016, referem-se às contas a receber geradas pelos trabalhos realizados na fabricação dos trens novos, reconhecidos de acordo com o pronunciamento técnico CPC 17. Desse saldo, R$1.197.724 (R$974.135 em 31/12/2016) referem-se ao ativo financeiro mensurado a valor justo de serviços de modernização, manutenção preventiva e corretiva e de revisão geral da frota da Linha 8 - Diamante da CPTM no reconhecimento inicial, conforme o Contrato de Concessão Administrativa, e registrado de acordo com a interpretação técnica ICPC 01 (R1).

6. Estoques

	2017	2016
Material para manutenção	4.023	3.411
Adiantamento a fornecedores	69	29
Total	4.092	3.440

7. Impostos a Recuperar

	2017	2016
ICMS	915	905
Provisão para não realização de ICMS	(905)	(901)
COFINS	50.728	53.793
Programa de Integração Social - PIS	11.011	11.676
Antecipações de IRPJ	-	130
Antecipações de CSLL	216	181
IR Retido na Fonte - IRRF sobre aplicações financeiras	61	130
Total	62.026	65.914
Circulante	4.287	3.868
Não circulante	57.739	62.046

A Companhia avalia periodicamente a evolução dos créditos acumulados e a provisão para perdas necessária de acordo com as projeções de utilização desses créditos. Os impostos classificados no longo prazo são recuperados linearmente durante a vigência do contrato.

8. Obrigações tributárias

	2017	2016
IRPJ	276	–
CSLL	39	37
IRRF	1.181	1.160
Imposto Sobre Serviços - ISS	492	468
Instituto Nacional do Seguro Social - INSS	23	38
Outras	937	1.366
Total	2.948	3.069

9. Partes Relacionadas

	Passivo		Transações	
CAF Espanha:				
Contas a pagar (a)	16	–	–	–
Juros sobre o capital próprio	135	66	–	–
Dividendos	456	300	–	–
Compras (a)	–	–	240	201
CAF Brasil:				
Contas a pagar (a)	6.820	5.490	–	–
Juros sobre o capital próprio	135	66	–	–
Dividendos	456	300	–	–
Assessoria (a)	–	–	37.959	38.691
CAF IP:				
Empréstimos (b)	33.526	33.460	–	–
Juros e encargos s/empréstimos (b)	930	1.503	4.439	5.781
Juros sobre o capital próprio	13.250	6.429	–	–
Dividendos	44.632	29.400	–	–
Total	100.355	77.014	42.638	44.673
Contas a pagar	6.836	5.490	–	–
Juros s/ capital próprio a pagar	13.520	6.561	–	–
Dividendos	45.544	30.000	–	–
Empréstimos - circulante	930	1.503	–	–
Empréstimos - não circulante	33.526	33.460	–	–

(a) Os saldos e as transações com a CAF Espanha e a CAF Brasil estão relacionados principalmente aos contratos celebrados no contexto do objeto das operações descritas na nota explicativa nº 1. **(b)** Em 21/09/2011 e 27/06/2012, a Companhia captou empréstimos da CAF IP nos valores de R$11.270 e R$22.730, respectivamente, com incidência de juros indexados ao CDI e vencimento do principal a partir de 20/07/2026 e dos juros a partir de janeiro de 2013. **10. Financiamento Bancário -** A Companhia firmou contrato com o BNDES, no valor de R$946.890, para financiamento do projeto de prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva e de revisão geral e modernização da frota da Linha 8 - Diamante da CPTM. O valor principal está sendo pago em 160 parcelas mensais a partir de 15 de janeiro de 2013. Até 31/12/2017, a Companhia havia captado o montante de R$894.075, deduzido da taxa de captação paga ao BNDES. O empréstimo está sujeito a juros calculados com base na Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, pagos mensalmente. Em 31/12/2017, os juros a pagar totalizavam R$2.326, tendo sido amortizado até aquela data R$220.091. A Companhia apresentou ao BNDES como garantias, tais o penhor de ações e a cessão fiduciária de todos os direitos creditórios. O contrato também está sujeito a cláusulas restritivas de acordo com as práticas usuais de mercado, que estabelecem, além de determinadas obrigações de praxe, a manutenção do índice da geração de caixa serviço da dívida não seja inferior a 1,2, além de uma estrutura de capital superior a 0,24 (patrimônio líquido/ativo total). Em 31/12/2017, a Companhia está adimplente com essas cláusulas. Adicionalmente, conforme descrito na nota explicativa nº 4, a Companhia, por força de cláusula contratual, mantém aplicação financeira como garantia da referida operação, no montante de R$54.204, referente ao valor de seis parcelas da sua amortização, restrita até o fim do contrato, previsto para abril de 2026. As parcelas do passivo têm os seguintes vencimentos anuais:

	2017
2018	60.038
2019	65.516
2020	71.493
2021	78.012
2022	85.125
Entre 2023 e 2026	313.800
Total	673.984

11. Provisão para Riscos - A Companhia constituiu, em 31/12/2017 e de 2016, provisão para riscos tributários, trabalhistas e diversos, os quais englobam temas legais e fiscais. O valor foi calculado com base nas melhores informações disponíveis no encerramento dos exercícios e, nos casos acompanhados por assessores legais, pelos valores que eles consideram prováveis que a Companhia desembolse nos processos em que atuam. A movimentação das provisões constituídas está demonstrada a seguir: Saldo em 31/12/2016 - 11.339; Adições - 2.150; Reversões - (6.301); Saldo em 31/12/2017 - 7.188. A Companhia não possui ações significativas de natureza tributária, cível e trabalhista que envolvem risco de perda classificado pela Administração e por seus assessores jurídicos como possível. **12. Patrimônio Líquido - a) Capital social -** O capital social autorizado e subscrito, conforme Assembleia Geral realizada em 15 de março de 2010, é de 288.750.000 ações ordinárias nominativas com valor nominal de R$1,00, totalmente integralizado, cujas ações estão penhoradas em favor do BNDES como garantia do financiamento bancário descrito na nota explicativa nº 10. As ações estão distribuídas da seguinte forma: **Acionistas - Quantidade de ações:** CAF Investment Projects, S.A. (98%) - 282.975.000; Construcciones y Auxiliar de Ferrocarriles, S.A. (1%) - 2.887.500; CAF Brasil Indústria e Comércio, S.A. (1%) - 2.887.500; **Total** 288.750.000. As companhias brasileiras devem registrar no Banco Central do Brasil - BACEN os investimentos estrangeiros e os respectivos lucros capitalizados, para permitir a remessa de dividendos ou a repatriação do capital. O capital estrangeiro em 31/12/2017 está registrado no BACEN, e a remessa de dividendos, a repatriação e os reinvestimentos externos estão sujeitos à regularização do BACEN. **b) Constituição de reservas e destinação do resultado -** A reserva legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. O estatuto social da Companhia prevê a forma de distribuição dos lucros apurados nas datas de encerramento das demonstrações financeiras, os quais, quando distribuídos, são debitados diretamente à rubrica "Lucros acumulados". **c) Juros sobre o capital próprio e dividendos -** Em 21 de junho de 2017, foram aprovados para distribuição os juros sobre o capital próprio (TJLP) por conta de lucros gerados em 2017, no montante de R$8.434, pagos integralmente em julho de 2017. Em 22 de agosto de 2017, foram aprovados para distribuição os juros sobre o capital próprio (TJLP) por conta de lucros gerados em 2017, no montante de R$7.960, pagos integralmente em agosto de 2017. Em 30 de novembro de 2017, foram aprovados para distribuição dividendos aos acionistas no montante de R$30.545, bem como juros sobre o capital próprio (TJLP) por conta de lucros gerados em 2017, no montante de R$8.047. Em 31/12/2017, está em aberto na rubrica "Juros sobre o capital próprio a pagar" o valor integral dos dividendos e o valor líquido dos juros sobre o capital próprio (TJLP) no montante líquido de R$6.840, sendo que o valor de R$1.207 referente ao IRRF foi recolhido no mês de dezembro. Em 29 de dezembro de 2017, foram aprovados para distribuição dividendos aos acionistas no montante de R$15.000, bem como juros sobre o capital próprio (TJLP) por conta de lucros gerados em 2017, no montante de R$7.860. Em 31/12/2017, está em aberto na rubrica "Juros sobre o capital próprio a pagar" o valor integral dos dividendos e dos juros sobre o capital próprio (TJLP) no montante líquido de R$6.681 (IRRF no valor de R$1.179). **13. Imposto de Renda e Contribuição Social - a) Diferidos -** O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre as bases fiscais de ativo e passivo e o respectivo valor contábil. O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte origem:

	2017	2016
Ativo não circulante:		
Diferenças temporárias:		
Provisão para PLR	97	–
Provisão para riscos	7.188	11.339
Provisão para não recuperação de crédito de ICMS	905	901
Outras provisões	733	130
	8.923	12.370
Alíquota de IR e CS nominal	34%	34%
Total de IR e CS diferidos ativos	3.034	4.206
Passivo não circulante:		
Ajuste financeiro pelo Contrato de Concessão Administrativa	457.907	392.047
Diferença de base RTT x Lei nº 12.973/14	(3.503)	(2.627)
Total	454.404	389.420
Alíquota de IR e CS nominal	34%	34%
Total de IR e CS diferidos passivos	154.497	132.403
Total de IR e CS diferidos líquidos	(151.463)	(128.197)

b) Correntes - A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada ao resultado é demonstrada como segue:

	2017	2016
Lucro antes do IRPJ e da CSLL	176.110	156.111
Alíquota combinada de IRPJ e CSLL	34%	34%
IRPJ e CSLL à taxa nominal	(59.877)	(53.078)
Juros sobre o capital próprio	10.982	9.178
Outros	(526)	768
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(49.421)	(43.132)
Imposto de renda e contribuição social:		
Correntes	(26.155)	(23.667)
Diferidos	(23.266)	(19.465)

14. Resultado Financeiro

	2017	2016
Receitas financeiras:		
Ajuste financeiro - Contrato de Concessão Administrativa - ICPC 01 (R1)	223.589	222.219
Rendimento de aplicações financeiras	6.727	9.328
Total	230.316	231.547
Despesas financeiras:		
Juros sobre empréstimos de partes relacionadas	(4.439)	(5.781)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(62.712)	(69.493)
Imposto sobre Operações Financeiras - IOF	(255)	(468)
Despesa com comissões bancárias	(154)	(103)
Outras	(754)	(1.110)
Total	(68.314)	(76.955)
Variação cambial, líquida:		
Variação cambial ativa	1	1
Variação cambial passiva	(13)	(4)
Total	(12)	(3)
Resultado financeiro	161.990	154.589

15. Instrumentos Financeiros - Considerações gerais e políticas - *Políticas para derivativos* - A Companhia contrata operações envolvendo instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais, que se destinam a atender às suas necessidades operacionais e financeiras. São contratados aplicações financeiras, empréstimos com partes relacionadas e instrumentos financeiros derivativos. A gestão desses instrumentos financeiros é realizada por meio de políticas, definição de estratégias e estabelecimento de sistemas de controle, a qual é monitorada pela Tesouraria Corporativa do Grupo CAF, na Espanha. *Políticas para contratação de instrumentos financeiros derivativos* Em virtude das obrigações financeiras assumidas pela Companhia em moedas estrangeiras decorrentes de empréstimos com partes relacionadas e da importação de insumos produtivos, a Administração, seguindo diretrizes da Tesouraria Corporativa, pode contratar operações com instrumentos financeiros derivativos para minimizar riscos cambiais, obedecendo aos níveis de exposição vinculados a esses riscos. Conforme mencionado na nota explicativa nº 2.c)(i), no exercício findo em 31/12/2017, não foram contratadas operações com instrumentos financeiros derivativos. As transações financeiras ocorridas envolvem ativos e passivos usuais e pertinentes à atividade econômica da Companhia, particularmente aplicações financeiras com vencimentos a curto e longo prazo, contas a receber de clientes e contas a pagar. Nas datas de encerramento dos exercícios, os saldos contábeis dos ativos e passivos financeiros são como segue:

	2017	2016
Ativos financeiros básicos:		
Caixa e equivalentes de caixa	65.687	23.692
Aplicações financeiras	54.204	53.543
Contas a receber - terceiros	1.258.799	1.254.347
Total	1.378.690	1.331.582
Passivos financeiros básicos:		
Fornecedores - terceiros	1.289	1.418
Fornecedores - partes relacionadas	6.836	5.490
Empréstimos e financiamentos - terceiro	676.310	723.988
Empréstimos e financiamentos - partes relacionadas	34.456	34.963
Total	42.581	41.872

Fatores de risco financeiro - **a) Risco de crédito -** O risco de crédito refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir com suas obrigações contratuais, levando a Companhia a incorrer em perdas financeiras. Atualmente, a Companhia mantém transações comerciais com empresas e órgãos governamentais e também com partes relacionadas conforme detalhado na nota explicativa nº 9. A Administração não tem identificado risco significativo de crédito na realização das contas a receber, tampouco registrou provisão para créditos de liquidação duvidosa em 31/12/2017 e de 2016. Adicionalmente, a Companhia considera baixo o risco de crédito das operações que mantém em instituições financeiras com as quais opera, que são consideradas pelo mercado como de primeira linha. **b) Risco de taxa de câmbio -** O risco associado decorre principalmente de compromissos de compras em moeda estrangeira com partes relacionadas e caixa mantido em moeda estrangeira. Em 31/12/2017, a Companhia não estava sujeita a relevante exposição cambial. A Companhia não contratou instrumento financeiro derivativo em 31/12/2017 e de 2016 para proteção de sua exposição cambial. **c) Gestão de capital -** Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Condizente com outras empresas do setor, a Companhia monitora o capital com base na evolução do seu lucro líquido e do retorno sobre o investimento ("Return On Investment - ROI"). Esse índice corresponde a: Lucro líquido do exercício findo em 31/12/2017 - 126.689; Capital social - 288.750; Retorno sobre o investimento - 0,4387

16. Receita Líquida

	2017	2016
Receita bruta de serviços prestados	112.218	106.001
Impostos incidentes sobre o faturamento	(35.143)	(33.142)
Total	77.075	72.859

17. Despesas por Natureza

	2017	2016
Despesa com serviços de manutenção contratados	(39.777)	(36.706)
Salários e benefícios aos empregados	(13.601)	(12.981)
Matérias-primas e materiais de consumo utilizados	(6.666)	(5.925)
Despesa com serviço de industrialização de trens	(627)	(2.169)
Seguros	(1.276)	(1.274)
Depreciação	(7)	(8)
Provisão para realização de ICMS	(5)	(901)
Outras	(3.211)	(2.382)
Total	(65.170)	(62.346)
Classificadas como:		
Custo dos serviços prestados	(62.278)	(58.899)
Despesas gerais e administrativas	(2.892)	(3.447)
Total	(65.170)	(62.346)

18. Outras Receitas (Despesas) Operacionais

	2017	2016
Reversão (constituição) de provisão riscos	4.151	(8.936)
Outros	(1.936)	(55)
Total	2.215	(8.991)

19. Cobertura de Seguros - A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Com exceção do seguro garantia, os demais seguros são renovados anualmente. Em 31/12/2017, os valores de cobertura de seguros existentes são:

Modalidade	Cobertura	Vencimento
Riscos nomeados operacionais	433.259	31/12/2017
Vandalismo	57.390	25/01/2018
Terrorismo	255.000	31/12/2017
Responsabilidade civil geral	6.519	01/01/2018
Seguro garantia fiel cumprimento	37.026	13/12/2021

20. Autorização das Demonstrações Financeiras - As presentes demonstrações financeiras da Companhia foram aprovadas e autorizadas pela Diretoria para emissão em reunião ocorrida em 28 de fevereiro de 2018.

Diretoria

Agenor Marinho Contente Filho - Diretor Geral

Alessandre Edo Toso - Diretor

Contadora

Renata Cristina Teixeira - Contadora - CRC 1SP195024/O-4

Relatório dos Auditores Independentes Sobre as Demonstrações Financeiras

Opinião - Examinamos as demonstrações financeiras da Ctrens - Companhia de Manutenção ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Ctrens - Companhia de Manutenção em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião** - Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase - operações com partes relacionadas -** Conforme descrito nas notas explicativas nº 1 e nº 9 às demonstrações financeiras, a Companhia mantém transações em montantes significativos com partes relacionadas. Nosso relatório não contém ressalva com relação a esse assunto. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras -** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e com o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras -** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

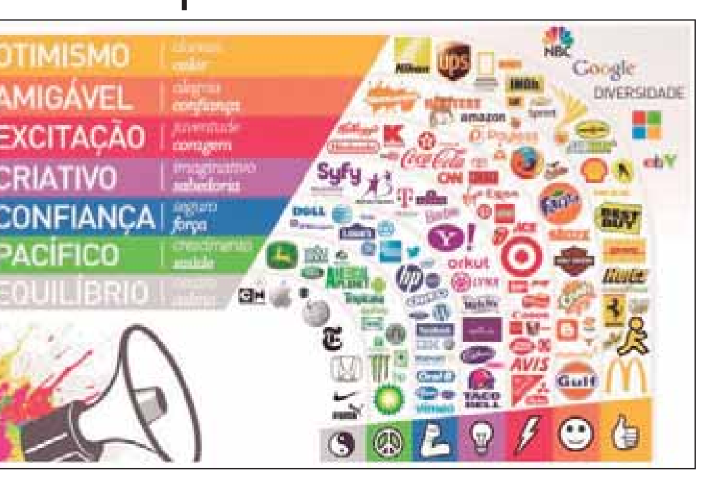
São Paulo, 28 de fevereiro de 2018

Deloitte.

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes - CRC nº 2 SP 011609/O-8

Fernando Stolf Litwin
Contador - CRC nº 1 SP 228416/O-5

Cores ajudam na decisão de compra do consumidor



A escolha das cores na criação de um projeto, seja logotipo, website ou até mesmo de um uniforme, é muito importante para o sucesso de uma marca. Pensando nisso, a We Do Logos, maior comunidade de designers da América Latina, fez um infográfico que explica como as cores afetam os seres humanos em suas decisões. O estudo revela que 93% das pessoas observam o aspecto visual para consumir um produto ou marca., enquanto 6% verificam a textura e 1% escolhem pelo som ou cheiro.

Logotipo, slogan, loja, pintura, ambientação, uniformes e cartões de visita são algumas das formas que as empresas utilizam para se comunicar com o público alvo. A utilização de cores e elementos gráficos de forma harmoniosa é fundamental para que as pessoas consigam identificar ou associar à marca/produto. "Ao criar uma identidade visual, temos que fazer um estudo de cores e tipografia para dar suporte à marca/produto e torná-lo forte e memorável ao consumidor", explica Gustavo Mota, CEO da We Do Logos.

Para 80% das pessoas, as cores podem aumentam o reconhecimento de uma marca. Já para 60% a aceitação ou rejeição de um produto ou serviço pode ser induzido pela cor. "A utilização de cores e tipografia adequada desempenham um importante papel na percepção visual do consumidor. As cores quentes, por exemplo, podem transmitir paixão, alegria, entusiasmo e energia ou também exaustão, raiva, ódio e saturação. É esse cuidado que o designer precisa ter no momento de criar uma marca, um logo", argumenta Mota.

As cores são elementos importante na criação de uma identidade visual. Por isso, é preciso estudar o universo delas, seus significados e a psicologia inerente a ela. O empreendedor, portanto, deve compreender o que seu cliente deseja e entender a mensagem que ele quer transmitir. "O ideal é misturar as preferências do seu consumidor com o significado subjetivo das cores. O posicionamento da empresa deve estar alinhado com público-alvo escolhido. Os componentes gráficos para um público mais velho, por exemplo, não serão atrativos para os adolescentes", finaliza.

Cores, emoções e sentimentos

• Cores quentes: pode transmitir paixão, alegria, entusiasmo e energia. Por outro lado, elas também podem transmitir exaustão, raiva, ódio e saturação. Exemplos: amarelo, laranja e vermelho;

• Cores frias: pode transmitir calma ou profissionalismo, mas também pode provocar sensações negativas como desinteresse, tristeza, depressão e até sonolência. Exemplos: roxo, azul e verde;

• Cores neutras: costumam ser combinadas com cores mais brilhantes para ressaltar o efeito da cor quente ou fria; ou para tornar o layout mais sofisticado. Os significados das cores neutras são bastante afetados pelas cores que as cercam, sejam quentes ou frias. Exemplo: preto e branco.

Fonte e mais informações: (www.wedologos.com.br).

AGENDA DO EMPRESÁRIO®

www.agenda-empresario.com.br — ANO XXX — APOIO: CENOFISCO

TERÇA-FEIRA, 13 DE MARÇO DE 2018

• Eficiência • Qualidade • Confiança — www.osfe-rnc.com.br — OSFE CONTÁBIL 35 anos
IMEMO Instituto da Memória Empresarial — www.imemo.com.br

TRABALHO TEMPORÁRIO
Empresa pode contratar um funcionário temporário para cobrir o período de licença maternidade de uma funcionária? Saiba mais acessando a íntegra no site: [www.empresario.com.br/legislacao].

EMPRESA POSSUI FUNCIONÁRIOS HORISTAS QUE TRABALHAM 05 HORAS DIRETAS POR DIA, TERÃO DIREITO A INTERVALO?
Informamos que o art. 71, § 1º da CLT não foi revogado, portanto, os empregados que possuem jornada de trabalho acima de 4 horas até o limite de 6 horas, terão direito (obrigatório) a concessão da pausa para repouso/alimentação de 15 minutos.

RESCISÃO POR ACORDO MÚTUO
Quais os procedimentos e direitos para elaborar a rescisão por acordo entre funcionário e empresa? vai existir multa do FGTS, terá direito ao seguro desemprego? Saiba mais: [www.empresario.com.br/legislacao].

AVISO DE FÉRIAS DURANTE A LICENÇA MATERNIDADE
Para funcionária em licença maternidade serão concedidas as férias, o aviso de férias será entregue trinta dias antes do gozo, porém durante o período da licença. Esse procedimento é correto? Saiba mais acessando a íntegra no site: [www.empresario.com.br/legislacao].

FUNCIONÁRIO EM EXCURSÃO PELA EMPRESA, TERÁ DIREITO A HORAS EXTRAS SOBRE O PERÍODO QUE EXCEDE SUA JORNADA DE TRABALHO?
Caso essa atividade externa desempenhada pelo empregado seja para cumprimento de ordens ou atribuições determinadas pelo empregador, a totalidade da jornada será considerado como trabalho. Assim, as horas excedentes serão consideradas como horas extras. Artigo 4º, CLT.

ALTERAÇÃO DO NOME DO CARGO
Empresa pretende mudar o nome do cargo sem alteração salarial, funcionários do financeiro e compras são registrados como Assistente Administrativo, seria possível mudar para Assistente Financeiro e Assistente de Compras? Saiba mais: [www.empresario.com.br/legislacao].

50 anos ORCOSE Contabilidade
Fundador: José SERAFIM Abrantes
11 3531-3233 – www.orcose.com.br
Rua Clodomiro Amazonas, 1435 - Vila Olímpia - 04537-012 - São Paulo - SP
capital-mar/18
© HÍFEN – todos os direitos reservados

7ª VC – Reg. Santo Amaro. EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1029766-85.2017.8.26.0002 O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 7ª Vara Cível, do Foro Regional II - Santo Amaro, Estado de São Paulo, Dr(a). Adriana Borges de Carvalho, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) **TELEMINIO SERVIÇOS E TELEMATICA LTDA**, CNPJ 01.845.258/0001-51, **Rep. Legal: AMÁLIA ODA**, que lhe foi proposta uma ação de **OBRIGAÇÃO DE FAZER - Procedimento Comum** por parte de **Nelsina Farias Feitosa**, objetivando a indenização da quantia de R$ 18.538,36, pela não entrega em tempo hábil da documentação necessária ao recebimento à época das ações pela compra da linha telefônica 5515-4873. O processo foi julgado extinto, com fulcro no art. 487, II do CPC. Encontrando-se a ré em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, apresentar contrarrazões ao recurso de apelação interposto pela autora (art. 332, § 4º do CPC). Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. São Paulo, aos 16 de fevereiro de 2018.

Polaris Investimento e Incorporação Imobiliária S.A.

CNPJ/MF 07.467.887/0001-71 - NIRE 35.300.373.464

Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

Ficam convocados os Srs.Acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária a ser realizada, em 1º convocação, no dia 10/04/2018, às 10:30hs, na sede, Rua Bandeira Paulista, 716, 12º andar, Itaim Bibi, SP/SP, CEP 04532-002, a fim de deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: Em **Assembleia Geral Ordinária:** deliberar sobre **(i)** as matérias previstas no Artigo 132, I e II da Lei nº 6.404/76, com a tomada das contas dos administradores, exame e discussão e votação das demonstrações financeiras, e deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos; e **(ii)** outros assuntos de interesse da Sociedade. Em **Assembleia Geral Extraordinária:** deliberar sobre **(i)** remuneração dos Diretores, nos termos do artigo 152, da Lei nº 6.404/76; e **(ii)** outros itens de interesse da Companhia. Os Srs.Acionistas poderão ser representados na Assembleia Geral por procuradores constituídos na forma do Artigo 126, §s 1º e 2º da Lei nº 6.404/76. Os instrumentos de mandato deverão ser depositados na sede da Companhia, com antecedência de 48hs da realização da Assembleia. Acham-se à disposição dos Srs.Acionistas, os documentos a que se refere o artigo 133 da Lei 6.404/76, relativo ao exercício social encerrado em 31/12/2017. Gostaríamos da presença de todos os acionistas. SP,08/03/2018. **Silvio Sandoval Filho-**Diretor. **(09.10.13/03/2018)**

Empresas & Negócios — netjen@netjen.com.br
Para veiculação de seus Balanços, Atas, Editais e Leilões neste jornal, consulte sua agência de confiança, ou ligue para
Tel: 3106-4171
www.netjen.com.br

Usina Açucareira Paredão S.A. - CNPJ/MF nº 61.340.238/0001-50 - NIRE 353.0002083-9 - **Convocação - Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 19.04.18 -** Ficam convocados os senhores acionistas da **Usina Açucareira Paredão S.A.** a se reunirem em assembleia geral ordinária, no dia 19 de abril de 2018, às 09:00hs, na sede social na Avenida Paulista, 352, 12º andar, sala 123, nesta Capital, para discutir e deliberar sobre a seguinte ordem do dia: **1**.- Relatório da administração, balanço e contas do exercício social findo em 31.12.17; **2**.- fixação dos honorários da Diretoria.- **3.**- Outros assuntos de interesse social. Acham-se à disposição dos acionistas na sede social, no endereço supra, os documentos a que se refere o artigo 133 da Lei nº 6.404/76. São Paulo (SP), **09** de março de 2018. (a) Guilherme Azevedo Soares Giorgi, Diretor Presidente.

Banco PSA Finance Brasil S.A.

CNPJ/MF nº 03.502.961/0001-92 - NIRE 35.300.174.551

Ata de Assembléia Geral Extraordinária Realizada em 11 de janeiro de 2018

1- Data, Hora e Local: Aos 11 de janeiro de 2018, às 10h00 horas, na sede social do Banco PSA Finance Brasil S.A. ("Sociedade"), localizada na Avenida das Nações Unidas, 12.495, 11º andar, Brooklin, CEP 04578-000, Cidade e Estado de São Paulo. **2- Convocação:** Tendo em vista a presença da totalidade dos Acionistas, a assembléia instalou-se regularmente, nos termos do disposto no § 4º do Artigo 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976. **3- Mesa**: Cezar Augusto Janikian, como Presidente e Adriana Garcia Passos do Sacramento, como Secretária. **Ordem do Dia: (i)** Deliberar sobre a alteração da redação do Artigo 13 do Estatuto Social da Companhia, que trata da composição da Diretoria. **Deliberações:** Após terem sido discutidas as matérias constantes da ordem do dia, os Acionistas, por unanimidade e sem reservas, ressalvas ou restrições, deliberaram: **(i) Autorizar a lavratura desta ata em forma de sumário.** (ii) Alterar o Artigo 13 do Estatuto Social da Sociedade, que passará a viger consoante a redação abaixo: "**Artigo 13** - A Diretoria da **Companhia** será composta por 5 (cinco) membros, acionistas ou não, todos residentes no País, eleitos pelo Conselho de Administração com mandato de 3 (três) anos, sendo permitida a reeleição, sendo um Diretor Presidente ("CEO"), um Diretor Financeiro ("CFO"), um Diretor de Risco ("CRO"), um Diretor de Operações e TI ("COO") e um Diretor Comercial ("CCO"). **§1º** O Conselho de Administração designará, a um dos seguintes membros da Diretoria da **Companhia**, quais sejam, o CFO, o CRO, o COO, ou o CCO, as atribuições ("Atribuições de Vice-CEO") indicadas no Acordo de Acionistas arquivado na sede da **Companhia**. **§2º** Nas reuniões de Diretoria, o Diretor que estiver incumbido das Atribuições de Vice-CEO terá direito a dois votos. **§3º** Em caso de falta, vacância ou impedimento temporário de qualquer dos Diretores, este será substituído por outro Diretor indicado pelo Conselho de Administração, observadas as disposições do Acordo de Acionistas arquivado na sede da **Companhia**. **§4º** Findo o prazo de mandato previsto no caput deste Artigo, os Diretores permanecerão em seus cargos até a posse de seus respectivos substitutos, eleitos pelo Conselho de Administração." **4- Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, a assembléia foi suspensa para lavratura desta ata, que, lida, foi assinada por todos os presentes. **5- Acionistas Presentes:** Presidente: **Cezar Augusto Janikian;** Secretária: **Adriana Garcia Passos do Sacramento.** Acionistas: **Banque PSA Finance,** representado por sua procuradora Adriana Garcia Passos do Sacramento e Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A. representado por seus Diretores, **Antonio Pardo de Santayana Montes** e **Angel Santodomingo Martell. Confere com o original lavrado em livro próprio.** São Paulo, 11 de janeiro de 2018. **Adriana Garcia Passos do Sacramento -** Secretária. **JUCESP** nº 112.116/18-8 em 07.03.2018. Flávia Regina Britto Gonçalves - Secretária Geral.

QUALIMOLDE FERRAMENTARIA E INJEÇÃO DE PLÁSTICOS LTDA EPP. CNPJ: 05.160.505/0001-37, torna público que requereu à PMSBC - Secr. de Gestão Ambiental a Renovação da Licença de Operação p/ Injeção de Plástico e Fabricação de Moldes de Aço, sito à Rua Alfredo Bernardo Leite, 300. Vl. Sta. Luzia. São Bernardo do Campo/SP.

Este documento foi assinado digitalmente por Jornal Empresas e Negócios Ltda.. Para verificar a assinatura clique no link: https://portaldeassinaturas.com.br/Verificar/C223-1404-98DF-6A3E